



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004270-45.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **BIANCA FERNANDA DE ALMEIDA MARCHETTI**
 Requerido: **Progresso e Habitação de São Carlos S.a. - Prohab**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

BIANCA FERNANDA DE ALMEIDA MARCHETTI ajuizou a presente ação de reparação de danos contra **PROGRESSO E HABITAÇÃO SÃO CARLOS S.A. PROHAB**, aduzindo, em síntese, que em razão dos fatos descritos na inicial, deve ser ressarcida em R\$ 3.432,58. Juntou documentos.

A ré foi citada a fl. 31 e contestou as fls. 32/40, alegando ilegitimidade passiva, chamamento ao processo e a ausência de responsabilidade, requerendo a extinção do processo ou a improcedência do pedido. Subsidiariamente, em caso de condenação, requer a aplicação da Taxa Selic para a atualização do débito. Juntou documentos.

Réplica as fls. 65/70.

É o **RELATÓRIO**.

Passo à **FUNDAMENTAÇÃO** e **DECIDO**.

O pedido *sub judice* comporta julgamento antecipado, na forma do artigo 355, I do CPC.

Inicialmente, diante inegável relação jurídica entre as partes, confirmada pelos documentos juntados aos autos, afastado a alegação de ilegitimidade passiva.

Da mesma forma, não é o caso de chamamento ao processo, já que não se trata de obrigação solidária, devendo ser observado que a autora não manteve qualquer relação jurídica com a empresa Expresso Construtora Ltda e a ré, ao contratá-la, agiu por sua conta e risco e, se entender que é o caso, deverá ajuizar ação de regresso contra a prestadora do serviço.

No mais, o próprio chefe da divisão jurídica da ré admite a responsabilidade pelos danos causados (fl. 21) e não foram impugnados os



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

valores requeridos na inicial, que devem ser atualizados pela tabela prática do TJSP, até mais benéfica à devedora.

Em face do exposto e considerando tudo o mais que consta dos autos, **JULGO PROCEDENTE** o pedido e **CONDENO** a ré a pagar à autora a quantia descrita na inicial, devidamente corrigida a partir da data do ajuizamento da ação, pela tabela prática do TJ/SP, e acrescida de juros de mora de 1% ao mês desde a citação.

Em razão da sucumbência, arcará a parte ré com o pagamento das despesas processuais corrigidas, a partir do respectivo desembolso e honorários, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do artigo 85, § 2º do CPC.

P.I.

São Carlos, 10 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**